

**TRANSIÇÕES ESTUDANTIS PARA E NA EDUCAÇÃO SUPERIOR:  
UMA PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA A PARTIR DA SOCIOLOGIA  
DISPOSICIONAL**

**STUDENT TRANSITIONS TO AND IN HIGHER EDUCATION: A THEORETICAL-  
METHODOLOGICAL PROPOSAL FROM THE DISPOSIONAL SOCIOLOGY**

**TRANSICIONES DE ESTUDIANTES HACIA Y EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR:  
UNA PROPUESTA TEÓRICO-METODOLÓGICA DESDE LA SOCIOLOGÍA  
DISPOSICIONAL**

CAREGNATO, Célia Elizabete  
celia.caregnato@gmail.com  
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9855-572X>

PFITSCHER, Ricardo Gausmann  
ricardogausmann@gmail.com  
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4017-4358>

SOARES, Guilherme  
guimsoares@gmail.com  
CRB - Colégio Rainha do Brasil  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7278-0681>

**RESUMO** O artigo delimita uma proposta teórico-metodológica para análise de transições educacionais, em especial a passagem entre ensino médio e educação superior. As transições entre diferentes níveis e etapas da educação formal são entendidas como oportunidades para mobilizar disposições e reflexividades. Parte-se da sociologia de Pierre Bourdieu, Bernard Lahire e Luc Boltanski, a fim de investigar fatores que marcam as trajetórias e as transições no processo de socialização dos estudantes. Elaborar-se uma compreensão teórico-metodológica para estudo de universos empíricos relativos a acesso, permanência e evasão nas trajetórias dos atores. Conclui-se com uma proposta metodológica para interpretar processos pelos quais os estudantes produzem e reelaboram relações sociais em períodos de transição educacional.

**Palavras-Chave:** Educação superior. Sociologia disposicional. Transições educacionais.

**ABSTRACT** The article outlines a theoretical-methodological proposal to analyze educational transitions, especially the transition from upper secondary school to higher

education. The transitions between different levels and stages of formal education are understood as critical moments and opportunities to mobilize dispositions and reflexivities. The article takes Pierre Bourdieu's, Bernard Lahire's and Luc Boltanski's works as a starting point to investigate factors which mark trajectories and transitions in students' socialization processes. A theoretical-methodological understanding is elaborated for the study of empirical universes related to access, permanence and evasion in the actors' trajectories. As a conclusion, a methodological proposal is presented to interpret the processes by which students produce and re-elaborate social relations in periods of educational transitions.

**Keywords:** higher education. dispositional sociology. educational transitions.

**RESUMEN** El artículo delimita una propuesta teórico-metodológica para analizar las transiciones educacionales, especialmente la transición de la escuela secundaria a la educación superior. Las transiciones entre diferentes niveles y etapas de la educación formal se entienden como oportunidades para movilizar disposiciones y reflexividades. Con base en la sociología de Pierre Bourdieu, Bernard Lahire y Luc Boltanski, investigamos factores que marcan las trayectorias y las transiciones en el proceso de socialización de los estudiantes. Se elabora una comprensión teórico-metodológica para el estudio de los universos empíricos relativos al acceso, permanencia y deserción en las trayectorias de los actores. Se concluye con una propuesta metodológica para interpretar procesos por los cuales los estudiantes producen y reelaboran relaciones sociales en períodos de transición educacional.

**Palabras claves:** sociología disposicional; transiciones educacionales; educación superior.

## INTRODUÇÃO

No Brasil, as desigualdades escolares se fazem presentes em todos os níveis e modalidades do sistema educacional. Embora tenha havido avanços no acesso e também na permanência em décadas recentes, nosso sistema de educação é marcado por exclusões e por desigualdades socioeconômicas e culturais (ARRETCHE, 2015; KRAWCZYK, 2011; ZAGO, 2006; 2014; RISTOFF, 2014). Este artigo tem por objetivo apresentar uma proposta metodológica para investigar e interpretar os processos de transição na escolarização de jovens nesse contexto educacional e social brasileiro, buscando elementos para problematização da fase final do ensino médio, entendida como fase de transição para o nível superior, entre outras transições possíveis.

A pesquisa<sup>1</sup> que serve de base para esta proposta utiliza a ideia de transição para interpretar processos e rupturas relativos às trajetórias educacionais. Elaboramos, aqui, uma compreensão teórico-metodológica para estudo de casos empíricos e consideramos os contextos de acesso, permanência e afastamentos como elementos importantes para compreender o tema. O esforço visa a estabelecer um caminho metodológico para analisar como ocorrem os processos de transição de estudantes do ensino médio no ingresso ao superior. Consideram-se suas trajetórias, a fim de interpretar: (i) patrimônios de disposições – modos de fazer, julgar e crer – que são praticados pelos jovens na relação com a escolarização; (ii) situações de transição entre etapas ou no interior de uma delas, consideradas nos seus contextos institucionais e sociais; (iii) reflexividades elaboradas ou reelaboradas de modo a responder aos desafios de momentos críticos.

Serão abordados elementos do contexto educacional brasileiro no que se refere ao acesso e expansão à educação, entendendo que o caráter desigual da sociedade brasileira marca o sistema educacional e é um fator importante na trajetória dos estudantes. A seguir, discutiremos a noção de transição escolar, principalmente com o aporte de Pedro Abrantes. Há contribuições de Pierre Bourdieu e de Bernard Lahire que inspiram a investigação. Acreditamos que a sociologia disposicional, desenvolvida por esses autores, oferece um caminho para interpretar respostas produzidas diante das situações críticas experimentadas pelos estudantes. Por sua vez, a obra de Luc Boltanski nos permite aprofundar a problematização, considerando modos de elaboração das reflexividades, os quais se apresentam na relação com os desafios do processo de escolarização formal.

## 1 ENTRE A ESCOLA E A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CONTEXTO BRASILEIRO

Nas últimas décadas, o Brasil viveu um significativo aumento no número de instituições de ensino superior. Houve multiplicação de cursos e de vagas e o aumento

---

<sup>1</sup> Trata-se do projeto *Desigualdade, diversidade e reconhecimento na Educação: novos públicos da escolarização média e superior*, a qual possui parecer de aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa Número do Parecer: 1.886.072, de 05 de janeiro 2017. Este artigo é resultado de discussão e elaboração no âmbito do *Grupo de Pesquisa em Socialização, Estratificação e Trajetórias Juvenis e Educacionais – GESET/UFRGS*.

da população de ingressantes, das matrículas efetuadas e do número de concluintes (ARRETCHE, 2015; NEVES; MORCHE, 2015). Apesar disso, o sistema continua marcado por desigualdades de oportunidades (DUBET, 2003; 2011).

Os segmentos sociais privilegiados mantêm historicamente vantagens de acesso e de progressão na totalidade dos níveis de ensino, principalmente entre os mais avançados. O acesso ao nível superior brasileiro mantém-se elitizado, considerando-se a classificação de Trow (1973; 2005), que indica realidades com taxa líquida de matrícula – de jovens de 18 a 24 anos – de até 15% como sistemas de elite. No Brasil, a taxa é de 18,1% (OBSERVATÓRIO DO PNE, 2018) de jovens dessa idade no ensino de graduação, segundo dados de 2015. Portanto, mesmo com a expansão recente e com o percentual um pouco superior ao de referência, é possível afirmar que, no Brasil, transitamos lentamente para um sistema de massa, que envolveria o acesso entre 16% e 50% da população em idade líquida (TROW, 1973; 2005).

Marta Arretche (2015) e sua equipe pesquisaram 50 anos (1960 e 2010) do Brasil e mostraram que a desigualdade educacional se modificou. A pesquisadora identificou um padrão misto de desigualdades educacionais no Brasil ao longo desse período. Os estágios iniciais de progressão escolar foram aqueles que tiveram a maior expansão nos últimos 30 anos, diminuindo as desigualdades de classe no acesso a estes níveis do sistema de ensino. A desigualdade de acesso deslocou-se para os estágios superiores da educação e é evidenciada nos recortes de gênero; de situação de residência entre meios urbanos e rurais; de raça; de composição familiar; de renda familiar; e, por fim, de escolaridade da mãe.

A obra organizada por Arreche demonstra que o acesso dos jovens ao sistema educacional para todas as faixas etárias atinge sua universalidade parcial entre 2000 e 2010. Apenas em 2010, 90% da população entre 12 e 15 anos completavam 4 anos de estudo. Esta proporção era de 20% em 1960. Neste mesmo ano, 10% da população entre 16 e 18 anos completava o ensino secundário e, em 2010, o índice subiu para 70% (RIBEIRO; CENEVIVA; BRITO, 2015), ocorrendo aumento da taxa de transição entre ensino básico e ensino médio. Embora tenha havido expansão do acesso ao nível superior e, portanto, aumento da taxa de transição do nível médio para o superior no período mais recente, o término do ensino superior manteve-se historicamente com as taxas mais baixas:

Dentre os movimentos de transição, a taxa condicional para o término do ensino superior é a que apresenta o comportamento mais errático no período. Trata-se também do movimento de transição com as taxas condicionais mais baixas, indicando que sempre foi comum entre os jovens brasileiros (até 25 anos) que chegam à universidade não conseguirem completar esse nível educacional [...] (RIBEIRO; CENEVIVA; BRITO, 2015, p. 90).

Com a expansão da oferta e condições de frequência nas etapas do ensino básico, os efeitos restritivos da situação social diminuíram nestas etapas, deslocando-se para as etapas de ensino mais avançadas. No ensino médio, este efeito continua restritivo. A escolaridade da mãe, a renda per capita familiar e as características sociais do ambiente familiar são indicadores fortes que evidenciam a influência da situação social no acesso, na progressão e na transição educacional.

No campo da educação superior, o número de matrículas passou de cerca de 2 milhões, em 1997, para 8 milhões em 2016. O crescimento parcial na oferta de vagas, sobretudo na rede privada, diminuiu algumas restrições ao acesso a esse nível educacional. Paralelamente, houve a ampliação do número de instituições de educação superior (IES) de 922 em 1996 para 2.407 instituições em 2016 (INEP, 2018B), o que contribuiu para distribuir regionalmente e para interiorizar vagas no ensino superior.

Diversas análises registram o fenômeno da expansão e da desigualdade quanto ao acesso e à permanência na educação superior (ZAGO, 2006; 2014; CASEIRO, 2016; MONT'ALVÃO, 2016; DAFLON; FERES JUNIOR; CAMPOS, 2013; RISTOFF, 2014). O estudo de Ristoff (2014) analisou a influência da origem social no acesso a diferentes cursos superiores, bem como algumas mudanças na composição nos públicos desses cursos. Para tanto, investigou as políticas públicas de expansão de vagas e os programas de ampliação de acesso, buscando alterações no perfil socioeconômico dos graduandos dos três primeiros ciclos completos<sup>2</sup> do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade).

A transição do ensino médio para a educação superior é um elemento de destaque nos dados apresentados pelo autor. Nesse nível de ensino, as escolas públicas são responsáveis por 87% das matrículas. Entre os estudantes inscritos na

---

<sup>2</sup> O ciclo avaliativo é composto de uma sequência de provas anuais para grupos de cursos, culminado o encerramento de cada ciclo a cada três anos. A conclusão do primeiro ciclo avaliativo data de 2006 (INEP, 2018A) e a do terceiro data de 2012.

prova do 3º ciclo do Enade, em 2012, 60% eram egressos do ensino médio público. Comparativamente, houve avanço em relação ao 1º ciclo, em 2006, que apresentou 46% de estudantes egressos das escolas públicas.

Os cursos mais prestigiados, entretanto, continuam ocupados em grande parte pelos estudantes egressos de escolas privadas, já que a proporção de egressos de escola pública em Medicina e História é de 11% e 70%, respectivamente (RISTOFF, 2014). Houve avanços entre o 1º e o 3º ciclos do Enade, diminuindo proporcionalmente o ingresso de estudantes oriundos das classes privilegiadas em todos os cursos, porém a democratização relativa convive com desigualdades. Nos cursos com estudantes majoritariamente brancos, não trabalhadores e egressos de escolas privadas, estes alunos são oriundos de famílias nas quais o pai tem escolaridade superior. Os índices apontam que, no 3º ciclo, 43% dos pais dos graduandos de Medicina têm escolaridade superior, contra 5% dos pais dos graduandos de Pedagogia (RISTOFF, 2014). Este indicador encontra semelhança com as análises de Ribeiro, Ceneviva e Brito (2015) quanto à escolaridade da mãe. Ela mostra que há correlação positiva entre a escolaridade média da mãe e a tendência a ter filhos concluintes do ensino médio e da educação superior.

Ribeiro, Ceneviva e Brito (2015) e Ristoff (2014) traçam linhas temporais de reconfiguração do sistema de ensino de modo a contextualizar a influência da situação social e econômica do estudante brasileiro sobre sua trajetória de escolarização. Seus dados mostram que, associada à expansão de vagas educacionais, houve ampliação de acesso e relativa democratização, considerando-se o aumento do acesso para indivíduos de classes sociais cujas gerações anteriores tinham baixa escolarização.

Cabe destacar que a Lei 12.711 de 2012, que define que as instituições federais de ensino superior devem reservar 50% de suas vagas para egressos de escolas públicas e negros de acordo com a proporção da população autodeclarada racialmente em cada estado da federação, produziu efeitos positivos (RISTOFF, 2014). Com ela, houve efetivo avanço no processo de democratização do acesso, porém há desigualdades persistentes que marcam as trajetórias dos estudantes.

## 2 TRANSIÇÕES EDUCACIONAIS E REFLEXIVIDADES

O ordenamento legal do sistema educacional brasileiro compreende etapas de ensino até o jovem ingressar na educação superior. Cada etapa apresenta-se estruturada por diferentes componentes curriculares que exigem competências e práticas específicas. As discontinuidades entre essas etapas demarcam as transições escolares que se caracterizam por rupturas contextuais. Para Pedro Abrantes (2005), as transições escolares exigem dos estudantes diferentes adaptações para o enfrentamento dos contextos escolares e contextos sociais em geral. São momentos que evidenciam significativamente as desigualdades sociais, pois, a cada etapa de progressão, tornam-se mais explícitas as marcas da seletividade.

O perfil socioeconômico dos jovens é fator significativo para a compreensão das transições do ensino médio à educação superior, porque tem relação direta com a evasão e a progressão ou suspensão da transição. O fato de os estudantes se depararem com dificuldades pode deflagrar continuidades, rupturas, suspensões e atualizações de disposições (LAHIRE, 2004a), que são construídas socialmente de forma singular pelos indivíduos. Elas refletem o mundo social que se faz presente de forma individualizada nas maneiras de agir e se posicionar no mundo e estão sujeitas a reelaborações críticas (BOLTANSKI, 2013; 2014). Assim, avalia-se que a categoria transição se constitui em recurso importante para a análise empírica de trajetórias e de transições que se apresentam na vida estudantil e que demandam respostas dos estudantes na condição de atores sociais. É o caso de transições entre níveis de ensino, currículos, processos de ensino e aprendizagem, sociabilidades estudantis, entre outros.

Pedro Abrantes (2005) considera que, à medida que se avança na progressão escolar, os valores de igualdade e de universalidade são gradualmente substituídos pelos valores de especialização e de diferenciação. O movimento do estudante para um novo contexto pode ocasionar rupturas explícitas (como no caso de mudanças de instituições de ensino) ou mudanças sutis em práticas cotidianas (como no caso da gestão do tempo para o estudo). O autor mostra que as transições escolares condicionam substancialmente as passagens entre as etapas da infância, da juventude e da maturidade, influenciando a construção identitária e a maturação do indivíduo (ABRANTES, 2005). A transição pelo sistema de ensino está ligada ao

desenvolvimento gradual de liberdade e, ao mesmo tempo, à incorporação de modos de agir, de pensar e de sentir próprios dos contextos institucionais.

Melissa Pimenta (2007) analisou o significado das transições no percurso de vida dos indivíduos, da juventude à vida adulta. Segundo ela, os processos de transição são definidos culturalmente em todas as sociedades. São eles que delimitam as fases da vida e definem singularidades e sentidos para as diferentes faixas etárias dos indivíduos. As transições, portanto, carregam consigo normas e valores fundamentais para as relações sociais entre diferentes gerações e universos sociais.

As situações de transição conduzem o indivíduo a construir novidades nas redes de sociabilidades, no conjunto das práticas cotidianas e também nos esquemas linguísticos (ABRANTES, 2005). Nesse processo, a distribuição desigual de recursos culturais, sociais e econômicos no espaço social torna os indivíduos de camadas com menos recursos ou capitais culturais mais vulneráveis. Nesses casos, a ruptura com o contexto escolar anterior e a transição à nova situação ocasionam sutis, mas eficazes mecanismos de exclusão (DUBET, 2003). Abrantes (2005; 2011), através de pesquisa empírica, revelou que os capitais essenciais para o indivíduo nas transições são aqueles pertencentes aos códigos escolares, portanto próximos ao capital cultural das elites e distantes do capital cultural dos grupos populares.

Ao discutir o desempenho acadêmico dos estudantes que transitam da educação básica para a superior, Fagundes, Luce e Rodríguez Espinar (2014) informam que, em países latino-americanos, ainda é escassa a análise das transições educacionais. Os autores analisaram a transição educacional preocupados em propor um modelo de avaliação. Mesmo com esse objetivo específico, o estudo deles chama a atenção para o fato de que a análise de processos de transição ainda precisa ser mais desenvolvida na realidade social e educacional regional da América Latina.

Se a socialização estudantil pode ser vista como sendo relativamente linear para os segmentos sociais cujas famílias têm trajetórias, capital cultural e social, e disposições para a escolarização naturalizadas e acionadas, entre jovens que não compõem grupos estudantis tradicionais, supõe-se que haja tendência a conflitos vinculados aos processos de socialização escolar e a seus patrimônios disposicionais (LAHIRE, 2005). O conjunto dos estudos tende a mostrar que as transições escolares se configuram tendencialmente como momentos decisivos para continuidades ou

rupturas e que elas também podem potencializar desigualdades. Tendo em vista o cenário da educação brasileira, apreender as lógicas desiguais de acesso e permanência dos públicos escolares nas transições do nível médio para o nível superior e no interior deste pode contribuir para problematizações que tragam à tona possibilidades de ação sobre a realidade.

Estudos no campo da sociologia (ABRANTES, 2005; GUERREIRO; ABRANTES, 2007; PIMENTA, 2007) e sobre políticas de educação (FAGUNDES; LUCE; RODRÍGUEZ ESPINAR, 2014) contribuem para que se entenda a noção de transição associada a diferentes desenhos ou recortes de pesquisas. Processos de mudanças podem ser visualizados por meio de dinâmicas e contradições que provocam adaptações. Assim, é necessária a consideração aos contextos com os quais a socialização educacional se localiza ou se relaciona.

### **3 INVESTIGAR COM A SOCIOLOGIA DISPOSICIONAL E INTERPRETAR TRANSIÇÕES**

Embora tenham ocorrido mudanças nas últimas duas décadas na esfera social e educacional brasileira e, paralelamente, tenha havido interesse das comunidades acadêmicas em entender as modificações em curso, ainda é preciso ampliar e aprofundar a problematização da realidade educacional e social. Do ponto de vista sociológico, o valor das pesquisas é maior quanto mais se avança na articulação de distintos níveis de análise. Nesse sentido, cabe destacar a necessidade de reconhecer o cenário socioeducacional desigual e de explicitar de que se trata de uma realidade construída historicamente, como uma estrutura macrossocial persistente no tempo que precisa ser pesquisada como fenômeno com desdobramentos em contextos, tempos e relações microssociais bem definidos.

Tanto as abordagens subjetivistas, restritas às experiências imediatas dos indivíduos, quanto as abordagens objetivistas, que confinam o comportamento individual aos condicionantes sociais, foram consideradas insatisfatórias para desenvolver uma teoria da ação que mediasse os processos imbricados entre a estrutura social e a ação individual. Nesta perspectiva, Pierre Bourdieu objetivou superar o dilema da polarização entre o comportamento dos indivíduos e a ação da

estrutura social, marcante em estudos sociológicos e filosóficos de seu tempo histórico. Ele mostrou que a ação dos indivíduos, em conformidade com o seu patrimônio de disposições, desenvolvido ao longo de sua existência social, resultaria na atualização da própria estrutura macrossocial, assim como o *habitus*, constituído pela socialização entre atores e instituições de diferentes posições e valências na matriz social, seria produtor (ou reproduzidor) do social (BOURDIEU, 2007).

Pierre Bourdieu (2003), na fase mais avançada de suas pesquisas, lançou vistas aos elementos complexos da socialização nas sociedades contemporâneas, no que diz respeito aos indivíduos e aos múltiplos espaços institucionais. Seus estudos apresentaram contextos conflitantes e mostraram exemplos de estudantes considerados “fracassados”, categoria usada para referir-se àqueles que “erraram o alvo”, considerando-se o que conquistaram e a relação com o projeto parental definido para o futuro.

A noção de *habitus* se apresenta como importante recurso heurístico para analisar práticas sociais e oferece meios para realçar a relativa homogeneidade de disposições em grupos. Seriam modos de agir, pensar e sentir que operam a partir de mecanismos incorporados pela socialização, configurando um sistema de práticas adquirido através das trajetórias de vidas individuais e coletivas. Nessa perspectiva, os modos de agir podem ser comuns a classes ou frações de classes sociais.

Na sua leitura crítica sobre a obra de Pierre Bourdieu, Bernard Lahire (2005) elaborou um arranjo que esquadrinha o processo de socialização em uma escala microsociológica. Aquilo que aparece como uma relativa homogeneidade do *habitus* abre espaço para a heterogeneidade disposicional e conduz à análise das singularidades do social que compõem o individual. Não se trata de ver o *habitus* de grupo ou classe social, mas sim, de considerar o patrimônio de disposições do indivíduo. As duas abordagens são distintas, porém caracterizam-se pela continuidade e refinamento da segunda em relação à primeira, já que o social é visto como ativo no individual de maneira singular, sendo ativado, modificado ou suspenso na relação com os contextos de ação com os quais os indivíduos se deparam. Embora as delimitações de um e outro possam ser vinculadas a escalas macro e microsocial, ambos lidam com aspectos estruturais que formulam as condições sociais e delimitam o *habitus* ou o patrimônio de disposições do ator social.

Bernard Lahire (2005) discutiu o processo de socialização considerando a presença do social no individual, portanto valorizando a “interiorização da exterioridade” relativa ao *habitus*. A investigação empírica e a identificação de diferentes meios de interiorização dos modos de agir, crer e julgar são o que permite verificar aquilo que é incorporado socialmente pelo indivíduo de acordo com os contextos sociais. Na sociologia em escala individual, os esquemas de disposições são deduzidos das práticas sociais, sendo ativados ou suspensos em contextos circunscritos da trajetória de vida do indivíduo. Pesquisar a sociologia disposicional requer a observação de práticas culturais, laborais, de crenças, de consumo, entre outras. A inferência contempla a ação, o pensamento e o sentimento do indivíduo pesquisado, recompondo o seu passado incorporado e sua constituição social.

Lahire (2002) pretendia dar conta da heterogeneidade relativa aos patrimônios disposicionais na escala individual. Os indivíduos vivenciam múltiplas experiências por conta da alta diferenciação social resultante da complexa divisão do trabalho e do mundo cultural complexo que produz o ator plural (LAHIRE, 2002). Por mais que haja camadas, instituições e grupos relativamente homogêneos, os indivíduos transitam entre espaços diferenciados que relativizam certas referências do patrimônio disposicional originário de seu contexto social. As disposições são sistematicamente constituídas na família, na escola, no bairro, na igreja e em outros espaços. A circulação por diversos contextos possibilita a constituição de patrimônio de disposições, de competências e de apetências mais heterogêneas. A metodologia investigativa de Lahire (2005) busca interpretar heterogeneidades singulares a cada indivíduo e compreender os mecanismos de operacionalização do patrimônio disposicional, conforme os contextos e trajetórias de vida. Assim, a sociologia disposicional permite identificar e compreender os processos de inibição, suspensão e ativação das disposições dos jovens em suas trajetórias educacionais formais e informais.

Em síntese, o *habitus* é incorporado e atualizado por meio da socialização em contextos de coação sobre o indivíduo (arbitrariedade), ou através de forte apetência, ou ainda, pela rotinização de práticas (pré-reflexibilidade) (LAHIRE, 2002). Diferentemente da teoria da prática de Bourdieu, em que são priorizados os efeitos da socialização precoce, longa e regular, a teoria disposicional centra-se nos diferentes

graus de afixação das disposições. Para compreender a incorporação de disposições nas trajetórias individuais, a teoria disposicional reconhece disposições de baixa fixidez. A intensidade de fixação das disposições também está relacionada à reincidência de suas atualizações. Esta concepção permite uma explicação com maior grau de detalhamento sobre a incorporação e a atualização de disposições pelos indivíduos. Portanto, a investigação recai sobre a constituição da singularidade plural, resultante da socialização relativa a múltiplos contextos de vivência. Esse jogo das escalas de análise é bem descrito por Lahire:

Devido a um simples efeito de escala, a apreensão do singular enquanto tal, ou seja, do indivíduo como produto complexo de diversos processos de socialização, obriga a ver a pluralidade interna do indivíduo: o singular é necessariamente plural. À coerência e homogeneidade das disposições individuais pensadas pelas sociologias à escala dos grupos ou das instituições, substitui-se uma visão mais complexa do indivíduo, menos unificado e portador de hábitos (de esquemas ou de disposições) heterogêneos e, em alguns casos, opostos, contraditórios (LAHIRE, 2005, p. 25).

A teoria disposicional precisa ser vista como processo de elaboração teórica que está em curso, e seu autor indica aprofundar e expandir possibilidades a partir do método disposicional no campo da microssociologia do indivíduo. O conjunto da obra de Lahire, a partir da elaboração de retratos sociológicos, produziu novidades em relação à sociologia crítica de Bourdieu por lidar com a realidade social contemporânea altamente heterogênea para estabelecer uma metodologia criteriosa de leitura de contextos relacionados às trajetórias dos indivíduos (LAHIRE, 2004b).

Assim, de um lado, os aportes teórico-metodológicos de Pierre Bourdieu nos fornecem meios analíticos para compreender os estudantes em suas trajetórias escolares, principalmente quanto ao sucesso nas transições entre os níveis de ensino médio e superior. A abordagem visa à construção analítica sobre reprodução e legitimação das desigualdades sociais, considerando o indivíduo como herdeiro de patrimônio de disposições de seu meio social e familiar. O legado disposicional incorporado pelo indivíduo pode influenciar e ser influenciado em sua trajetória escolar entre o sucesso e o insucesso, crises e continuidades. Desse modo, estudantes e familiares apostam em expectativas e chances objetivas do sistema de ensino, investindo, inconscientemente, nos capitais mais vantajosos para um retorno mais

viável. Essas estratégias teriam um caráter pré-reflexivo convergente à noção de *habitus*.

De outro lado, se o indivíduo não tem consciência plena de si como ser social, uma vez que pode reivindicar certas identidades, ignorando outras que o compõem (LAHIRE, 2006), ele também tem disposições constituídas socialmente em contextos sociais que não se restringem à mera reprodução do passado. Os atores sociais atuam com base em “condições sociais de possibilidades” e agem não apenas pela coerção externa, mas também por uma capacidade relativa de diálogo interno, com suas experiências e seus modos de agir e pensar. O pesquisador que investiga com essa inspiração teórica presta atenção a mecanismos de ação, de pensamento e de julgamento que contribuem para a racionalização das ações, dos processos e das ordenações da vida. O ator, nesse sentido, é visto como capaz de refletir e redirecionar ações – ainda que não de forma voluntarista – na relação com seu patrimônio disposicional e com o contexto presente.

As ações pré-reflexivas, constituídas a partir de patrimônios de disposições baseadas em uma história de vida passada, são postas em diálogo com reflexões produzidas com base em contradições que se apresentam em contextos presentes. A contribuição de Lahire permite que se considere haver graus distintos de reflexividade, os quais variam de acordo com patrimônios disposicionais e quadros contextuais nos quais interagem.

À vista disso, a noção de crítica está presente em estudos que se empenham por interpretar a lógica social e em pensar criticamente as relações de poder e dominação social, como foi feito por teorias clássicas (BOURDIEU, 2003; 2007). Ela pressupõe certo distanciamento da situação da qual se toma parte para ponderar e tomar posições não pré-definidas. Com a sociologia da crítica (BOLTANSKI, 2013; 2015), ganhou ênfase a ideia de que essa atuação reflexiva precisa ser identificada e analisada no universo empírico da investigação. Inspirados nela, vemos como pertinente a ideia de distanciamento e crítica para agir socialmente, especialmente em situações de crise, como as de transição educacional.

A pesquisa sobre trajetórias dos indivíduos, no âmbito da microsociologia, requer a consideração aos contextos socioculturais e institucionais nos quais eles se situam. Por outro lado, as relações sociais são permeadas de embates e dificuldades

e se expressam como situações de crise nas experiências individuais que supõem refletir, sistematizar ou justificar as ações (BOLTANSKI, 2014; 2015). Age-se na condição de atores reflexivos para, em geral, responder àquilo que não é rotineiro.

O estudo das justificações está apoiado na noção epistemológica de que o individual se constitui a partir das relações sociais e na interação com elas, sendo que as contradições e as forças em disputa são intrínsecas a elas, especialmente em momentos de crise. Para Boltanski e parceiros (BOLTANSKI, 2013; 2014; BOLTANSKI; THÉVENOT, 2007), há exercício de crítica que resulta de reflexões por parte daqueles que se esforçam por entender relações sociais nas quais estão envolvidos. Assim, produzem atos com resultado de relativo distanciamento de modelos rotineiramente praticados (BOLTANSKI, 2013; 2014; CELIKATES, 2012; CORREA, 2010). No contexto das transições educacionais, faz-se necessário investigar como ocorrem os processos reflexivos dos estudantes quanto às suas trajetórias acadêmicas e na relação com suas histórias de vida.

Dado o objetivo de elaborar um caminho teórico-metodológico para o estudo de transições educacionais, propomos reconstituir trajetórias por meio da análise de patrimônios de disposições no âmbito das transições educacionais, tendo como referência as seguintes dimensões: (i) a mudança de contextos, de quadros situacionais e institucionais nos quais os estudantes se inserem; (ii) a situação de crise advinda de dificuldades enfrentadas; (iii) os modos de sistematização, interpretação e racionalização que os atores praticam nas situações a que estão expostos; e (iv) o caminho que constroem ativando ou suspendendo disposições, evidenciando competências e apetências (LAHIRE, 2004a), mostrando a história do social no nível individual. O sistema de disposições dos atores mostrará a produção de respostas mais ou menos reflexivas, estratégicas e capazes de evidenciar modos de agir, julgar e pensar produtores de algum tipo de repercussão, seja em instâncias institucionais, seja em grupos sociais, para além da trajetória individual. O Quadro 1 sistematiza a proposta de estudo de transições educacionais com base na sociologia disposicional.



Quadro 1 - Proposta para análise de transições educacionais

	<b>Dimensões</b>	<b>Relação com trajetórias</b>	<b>Relação com instituições</b>
1	Mudanças no tempo	Mudanças em trajetórias estudantis e sociais de curto, médio e longo prazo	Dinâmica de relações na família, escola, universidade e outras instituições
2	Contextos	Locais onde a socialização educacional acontece	Relação entre níveis de educação, tipo de instituições, instâncias da vida escolar ou acadêmica, espaços extraescolares
3	Contradições	Experiência com momentos críticos, de desconforto, inserção precária e/ou exclusões	Submissão, conciliação, ativação e/ou rupturas frente a regras ou situações institucionais
4	Reflexividade	Racionalizações adotadas, relativo distanciamento de rotinas, questionamentos e críticas produzidas	Ações estratégicas reativas, adaptativas ou transformativas relativamente a acontecimentos e procedimentos que se impõem

Fonte: Elaboração dos autores

O quadro sintetiza aspectos metodológicos inspirados teoricamente pela sociologia disposicional, a fim de pesquisar transições em sistemas educacionais. As transições produzem condições para mudanças no modo de manifestação de disposições de indivíduos, compreendendo atualizações e suspensões relativas aos modos de agir, sentir e de julgar. As mudanças tendem a repercutir em instituições e na relação destas com seus estudantes. A diversidade de públicos jovens, com escolarizações heterogêneas e desiguais se apresenta nas trajetórias que lidam de modos variados com os momentos de dificuldades, com as formas de reflexividade e com dinâmicas produzidas de acordo com as condições de possibilidades sociais de atuação individual, como nos inspira a ver a lente da sociologia disposicional. Esse recorte oferece elementos para estudar as transições experimentadas pelos estudantes considerando suas atuações e repercussões nas instituições onde se situam.

#### 4 CONCLUSÃO

Expusemos uma proposta teórico-metodológica para analisar transições educacionais. Para tanto, consideramos o contexto da educação brasileira tendo como foco passagens entre ensino médio e educação superior. Ressaltamos as

desigualdades e as tendências socioeducacionais reprodutivas e as mudanças no campo educacional brasileiro.

Consideramos a noção de transição de modo a evidenciar que os processos de passagem entre níveis de ensino ou de marcos no interior deles associam desafios e dificuldades às experiências dos estudantes. Apoiamo-nos em elementos da teoria disposicional, de modo a evidenciar recursos metodológicos para o estudo de processos de socialização educacional no sistema de escolarização. Recorremos à noção de reflexividade para interpretar interrogações parciais e críticas dos atores no tocante às relações sociais nas quais estão inseridos, bem como às suas implicações. Crises e reflexividades fazem parte das trajetórias e, em especial, das transições estudantis e podem ter dimensões e abrangências variáveis na vida dos estudantes, bem como nos contextos e nas instituições com as quais se relacionam.

Finalmente, o artigo registra um caminho metodológico que vem sendo construído no desenvolvimento de pesquisas<sup>3</sup> que adotam a perspectiva disposicional e de análise de processos de socialização. Acredita-se que a proposta seja útil e também possa servir de inspiração para aqueles e aquelas que estão dispostos a discutir e implementar iniciativas de pesquisas, prioritariamente, sobre processos de socialização escolar e acadêmica.

### **CÉLIA ELIZABETE CAREGNATO**

É professora associada na Faculdade de Educação e no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS. Coordena o Grupo de Pesquisa em Socialização, Estratificação e Trajetórias Juvenis e Educacionais (GESET). É responsável pelo Núcleo UFRGS da Cátedra da UNESCO Universidad e Integración Regional, sediada na UNAM/México.

### **RICARDO GAUSSMAN PFITSCHER**

É graduado em Ciências Sociais/Licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e é Mestre em Educação pela mesma universidade. Cursa o Bacharelado em Ciência Sociais e atua HardFun Studios sediada na Tecnopuc de Porto Alegre/RS, projeto global Aula Digital com foco em formação de professores e tecnologias digitais.

### **GUILHERME SOARES**

É graduado em Ciências Sociais Licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e possui mestrado em educação pela mesma universidade na Linha

---

<sup>3</sup> Este é o caso dos seguintes estudos: PFITSCHER (2019), SOARES (2019), SILVA (2018), RODRIGUES (2018), RUIZ (2018).



de Pesquisa Educação, Culturas e Humanidades. Atua como professor na Educação Básica em Porto Alegre e região metropolitana, lecionando Sociologia e Filosofia.

## REFERÊNCIAS

ABRANTES, P. As transições entre ciclos de ensino: entre problema social e objeto sociológico. *Interações*, n. 1, p. 25-53, 2005.

ABRANTES, P. Para uma teoria da socialização. *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, v. 21, p. 121-139, 2011.

ARRETCHE, M. (org.). *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: UNESP, 2015.

BOLTANSKI, L. Sociologia da crítica, instituições e o novo modo de dominação gestonária. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 441-463, dez. 2013.

BOLTANSKI, L. Uma crítica para o presente: entrevista com Luc Boltanski. *PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 217-230, 2014. (Entrevista realizada por Camila Gui Rosatti, Eduardo Vilar Bonaldi e Mariana Toledo Ferreira).

BOLTANSKI, L. Sociologia crítica e sociologia da crítica. In: VANDENBERGHE, Frédéric; VÉRAN, Jean-François (orgs.). *Além do habitus: teoria social pós-bourdiesiana*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015. p. 129-154.

BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. A sociologia da capacidade crítica. *Antropolítica*, Niterói, v. 23, n. 2, p. 121-144, 2007.

BOURDIEU, P. (coord.). *A miséria do mundo*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.  
BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2007.

CASEIRO, L. C. Z. *Desigualdade de acesso à educação superior no Brasil e o Plano Nacional de Educação*. Brasília: INEP/MEC, 2016.

CELIKATES, R. O não reconhecimento sistemático e a prática da crítica. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 31, n. 93, p. 29-42, jul. 2012.

CORREA, D. De Luc Boltanski – “De la Critique: Précis de Sociologie de l’émancipation”. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 25, n. 3, p. 589-600, set./dez. 2010.

DAFLON, V. T.; FERES JUNIOR, J.; CAMPOS, L. A. Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 43, n. 148, p. 302-327, abr. 2013.

DUBET, F. *Desigualdades multiplicadas*. Editora Unijuí: Ijuí, 2003.

DUBET, F. *Repensar la justicia social: contra el mito de la igualdad de oportunidades*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.

FAGUNDES, C. V.; LUCE, M. B.; RODRÍGUEZ ESPINAR, S. O desempenho acadêmico como indicador de qualidade da transição Ensino Médio-Educação Superior. *Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas Educacionais*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 84, p. 635-670, jul./set. 2014.

GUERREIRO, M. D.; ABRANTES, P. *Transições incertas: os jovens perante o trabalho e a família*. 2. Ed. Lisboa: Ministério da Educação, 2007.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. *Assessoria de Comunicações*. Notícias ENADE. Disponível em: <[www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br)>. Acesso em: 17 abr. 2018A.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. *Censo da Educação Superior 2016: Notas Estatísticas*. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2016/notas\\_sobre\\_o\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2016.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2016.pdf)>. Acesso em: 22 maio 2018B.

KRAWCZYK, N. R. Reflexão sobre alguns desafios do ensino médio no Brasil hoje. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 41, n. 144, p. 752-769, set./dez. 2011.

LAHIRE, B. *O homem plural: os determinantes da ação*. Petrópolis: Vozes, 2002.

LAHIRE, B. *Retratos sociológicos: disposições e variações individuais*. Porto Alegre: Artmed, 2004a.

LAHIRE, B. Trajetória acadêmica e pensamento sociológico: entrevista com Bernard Lahire. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 315-321, maio/ago. 2004b.

LAHIRE, B. Patrimônios individuais de disposições: Para uma sociologia à escala individual. *Sociologia, Problemas e Práticas*, Oeiras, n. 49, p. 11-42, 2005.

LAHIRE, Bernard. *El espíritu sociológico*. Mannatial: Buenos Aires, 2006.

MONT'ALVÃO, A. A dimensão vertical e horizontal da estratificação educacional. *Teoria e Cultura*, Juiz de Fora, v. 11, n. 1, p. 13-20, 2016.

MORCHE, B.; NEVES, C. E. B. As transformações recentes no ensino superior brasileiro: acesso, diversificação e inclusão. In: *LASA2015 – XV International Congress Latin American Studies Association*. San Juan, Puerto Rico Caribe Hilton: May 27 – 30, 2015.

OBSERVATÓRIO DO PNE. *Acompanhamento da Meta 12 do Plano Nacional de Educação 2014-2024*. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/>>. Acesso em: 17 abr. 2018.

PIMENTA, M. M. *Ser jovem e ser adulto: identidades, representações e trajetórias*. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

RIBEIRO, C. C.; CENEVIVA, R; BRITO, M. M. A. de. Estratificação educacional entre jovens no Brasil: 1960 a 2010. In: ARRETCHE, Marta (org.). *Trajelórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: UNESP, 2015. pp. 79-162.

RISTOFF, D. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v.19, n. 3, p. 723-747, nov. 2014.

TROW, M. *Problems in the transition from elite to mass higher education*. Berkeley: Carnegie Commission on Higher Education, 1973.

TROW, M. *Reflections on the transition from elite to mass to universal access: forms and phases of higher education in modern societies since WWII*. Berkeley: University of California, 2005.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 226-237, maio/ago. 2006.

ZAGO, N. Um filme pela metade: conteúdos escolares e marcas das desigualdades. *Atos de Pesquisa em Educação*, Blumenau, v. 9, n. 2, p. 452-471, mai./ago. 2014.